

# Brasil ainda não sabe quanto pedirá a credor

André Gustavo Stumpf

**Brasília** — Vence no final de março o prazo da dívida de curto prazo — 15 bilhões de dólares em créditos comerciais e interbancários — e os bancos credores privados já dispõem de três alternativas para sentar à mesa de conversações. Até agora, porém, o governo brasileiro se debate em divergências sobre que números levar a Nova York para negociar o reescalonamento da dívida externa global, que inclui o endividamento de curto prazo.

Enquanto o governo ainda não fechou questão, internamente, sobre quanto pretende solicitar de dinheiro novo na renegociação, os banqueiros americanos, na mais amena das três alternativas que têm para as discussões, estão sugerindo que o Brasil obtenha novos empréstimos na proporção da responsabilidade global de cada banco no total da dívida. Ou seja, se uma instituição responde por 5% do endividamento, por exemplo, deverá financiar 10% do que será solicitado.

A segunda proposta também originária dos banqueiros americanos, é mais dura. Sugere que o Brasil retorne ao mercado financeiro solicitando dinheiro novo e concordando em

pagar qualquer taxa de juros. E o banco que, apesar de negociar com o Brasil, não concordar em realizar empréstimos, receberia um **exit bond**. Isso significa que o país deixaria de pagar àquele banco a exata quantia do que agora está solicitando, trocando-a por um título, que se constituiria em obrigação de pagamento futuro daquela dívida. A terceira alternativa, patrocinada ostensivamente pelo Citibank, sugere que o Brasil pegue dinheiro no mercado financeiro americano por intermédio da emissão de bônus com taxas de juros flutuantes.

Todas as três propostas são de pleno conhecimento dos ministros da área econômica e do presidente do Banco Central, Fernando Bracher, que ainda não se puseram de acordo sobre como negociar, revela alta fonte governamental envolvida na questão. A situação é agravada pelo fato de que o governo trabalha com números diferentes: o Banco Central acha que em 1987 o Brasil poderá fazer um superávit na balança comercial em torno de 10 bilhões de dólares. No Ministério da Fazenda, raciocina-se com um superávit de 8 bilhões de dólares. No primeiro caso, o Brasil precisaria de 4 bilhões de dólares em dinheiro novo e, no segundo, de 6 bilhões.

Essa é a definição que ainda não existe. O

governo vai lentamente tomando conhecimento de que o acordo com o Clube de Paris não foi tão excepcional quanto se demonstrou internamente. Há cláusulas de condicionalidade no acordo que exigem bom desempenho da economia nacional neste primeiro semestre. Além disso, alguns países, como a Alemanha Federal, relutam em autorizar novos negócios.

O problema imediato, contudo, está na indefinição da política econômica e na desconfiança, que começa a se alastrar, de que existe uma corrente, dentro do governo, que deseja o confronto com os banqueiros. Internamente, as taxas de juros dispararam na medida da elevação da inflação e vão continuar elevadas neste primeiro trimestre, em que se estima um índice inflacionário em torno de 55%. As taxas de juro acompanharão esta súbita elevação, inclusive para evitar uma fuga em massa de capitais do país.

A rigor, a única definição, no governo, é a de que o Brasil pretende dividir sua solicitação de dinheiro novo. A metade seria negociada como o Banco Mundial e outras entidades financeiras oficiais, a outra metade, com os bancos comerciais. É justamente nessa segunda metade que reside o problema, porque, além das fórmulas a serem propostas pelos bancos privados, os negociadores brasileiros

sabem que enfrentarão problemas políticos sérios: já chegaram a Brasília recados de Wall Street, lembrando que, no ano passado, o país alegava, para não ir ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que tinha reservas cambiais, a economia estava organizada e a inflação andava perto de zero. Hoje a situação é totalmente oposta: as reservas cambiais caíram assustadoramente — cálculos de técnicos do Ministério da Fazenda informam que o nível de reservas está agora ao redor de 3,5 bilhões de dólares —, a inflação retornou com novo vigor e o superávit do balanço comercial desabou — no mês de janeiro deverá ficar em torno de 160 milhões de dólares, contra 700 milhões de dólares no mesmo mês do ano passado.

Vai aumentar a pressão para que o Brasil bata às portas do Fundo Monetário Internacional, sabe o governo Brasileiro. As recentes declarações do presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, no sentido de que importante é ter uma política econômica definida e o acordo com o FMI não modifica em nada a vida de um país, vai concorrer para elevar tal pressão. Por último, 1 bilhão de dólares dos 4 ou 6 bilhões que serão solicitados pelos brasileiros destinam-se a amortizar um compromisso vencido precisamente com o FMI.